

A IMPORTÂNCIA DOS CONTROLES AUTOMATIZADOS NO AUXÍLIO DAS AUDITORIAS INTERNAS: Auditoria Contínua

Jhonatan Allan Brasil

Graduando em Administração,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Gabriel Dias Freitas

Graduando em Administração,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Murilo Antonio de Souza

Graduando em Administração,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Ângela de Souza Brasil

Mestre em Geografia – UFMS; Especialista em Gestão Financeira e Auditoria – FITL/AEMS;
Docente do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas–FITL/AEMS

RESUMO

A auditoria interna tem como finalidade desenvolver um plano de ação que auxilie a organização a alcançar seus objetivos e melhorar a eficácia dos seus processos, através da análise de gestão de riscos, supervisão dos controles internos e do alinhamento das políticas de governança corporativa definidos pela companhia, assim como os sistemas contábeis. O escopo desse artigo visa mostrar a importância da adoção dos controles automatizados para o auxílio da auditoria interna, os benefícios gerados e inclusive os aspectos negativos. A metodologia de pesquisa consiste na análise de dados qualitativos baseados em referenciais bibliográficos, e em uma pesquisa de campo realizada por meio de entrevista semiestruturada aplicada a uma profissional da área. Nos resultados obtidos podemos compreender que para garantir a eficiência desses controles, a auditoria interna conta com uma ferramenta conhecida como “auditoria contínua”, que consiste na automatização dos processos internos, onde o principal objetivo é evitar que a companhia fique exposta a possíveis fraudes em seus sistemas e obtendo uma gestão adequada dos processos.

Palavras Chave: auditoria interna; auditoria contínua; controles internos.

1 INTRODUÇÃO

Diante das constantes mudanças no ambiente organizacional identificamos que as empresas com fraca governança corporativa e má gestão dos controles internos, estão mais propensas e expostas aos riscos, erros e fraudes. Devido a este fato, as companhias estão buscando modelos de sistemas de controles que auxiliem no processo de tomada de decisões, que estejam diretamente alinhados com a missão da companhia e em conformidade com a governança corporativa.

Escolhemos abordar como tema deste artigo “a importância dos controles

automatizados no auxílio das auditorias internas (auditoria contínua)”, onde o principal objetivo seria compreender qual o papel da auditoria interna dentro da organização e as vantagens em utilizar ferramentas automatizadas nos processos de controles internos.

O conhecimento sobre esse assunto é escasso e vêm sendo disseminado nas organizações há apenas alguns anos, no entanto, são poucas as empresas que a utilizam como ferramenta da auditoria interna.

2 OBJETIVOS

O objetivo do trabalho é mostrar às organizações qual o papel da auditoria interna e a importância em utilizar sistemas de informação nos controles internos (conhecido como auditoria contínua), a fim de mitigar todos os riscos que possam existir em uma gestão dos processos.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Para realizar o artigo adotamos a metodologia de caráter exploratório e qualitativo.

O embasamento teórico será realizado por meio de livros encontrados na biblioteca da própria instituição de ensino. Autores como Attie, Almeida, Camargo e Silva foram adotados para as discussões acerca do tema.

4 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa tornou-se um dos principais pilares da economia global e a ferramenta mais importante em termos de sustentabilidade das organizações; atualmente a adoção de boas práticas de governança corporativa traz a elevação do nível de confiança entre os acionistas (*stakeholders*) e potenciais investidores.

O Relatório de Cadbury (1992) foi publicado na Inglaterra, sendo considerado como o primeiro código de boas práticas de Governança Corporativa, onde ele a define como “o sistema através do qual as companhias são dirigidas e controladas”. Nesse relatório é identificado como o órgão responsável pela

governança, o conselho de administração (board of directors), enquanto que os acionistas são os responsáveis por eleger os conselheiros e os auditores externos (independentes), assim garantindo que haja uma apropriada estrutura de governança.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2014, s.p.):

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade.

Toda organização deve seguir seus próprios valores, e para ter um bom sistema de governança corporativa, o IBGC (2014) recomenda como princípios básicos, (i) a transparência (disponibilizar (para as partes interessadas) as informações, não apenas pela obrigação ou por ser imposto pelas leis, mas sim pelo desejo de mostrar a todos que seus controles internos e externos são confiáveis); (ii) equidade (tratar de forma justa todos os sócios e as partes interessadas ou stakeholders as políticas e atitudes discriminatórias são inaceitáveis); (iii) prestação de contas (os gestores devem prestar contas de sua atuação, respondendo integralmente as consequências de seus atos e omissões) e responsabilidade corporativa (os gestores devem zelar pela sustentabilidade da sua organização visando sempre à longevidade, tudo isso através da incorporação de ações de âmbito socioambiental).

De acordo com os valores citados, a adesão da boa prática de governança corporativa traz segurança em adotar modelos de gestão confiáveis, e a auditoria interna faz parte como o agente que mais contribui para a observância desses valores.

4.1 Governança Corporativa e a Auditoria Interna

A governança corporativa é considerada como uma atividade da alta-administração e só pode ser considerada eficaz se trazer resultados positivos em todos os níveis da companhia, acrescentando as questões de comportamento e conduta ética no ambiente interno e externo, é a partir de então que podemos vincular a governança corporativa com a área de auditoria interna.

No Relatório de Cadbury (1992) a auditoria interna e externa, são considerados elementos fundamentais para atuar em nome do comitê de auditoria, no entanto o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2014, s.p.), faz a seguinte menção:

[...] o conselho de administração deve estimular o comitê de auditoria a analisar demonstrações financeiras, promover a supervisão e a responsabilização da área financeira e garantir que a diretoria desenvolva um controle interno confiável, que a auditoria interna desempenhe seu papel de forma satisfatória e que os auditores independentes avaliem, por meio de revisão, as práticas da diretoria e da auditoria interna.

5 AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna é a parte de auditoria que busca desenvolver e avaliar os sistemas gerenciais da empresa auditada, a fim de auxiliar a administração e os sócios a cumprir de forma eficaz suas responsabilidades. Isto ocorre a partir de um conjunto de processos e procedimentos realizados para análise dos controles internos, onde os registros e a segurança das informações são realizados para prevenir-se aos riscos da organização.

Existem inúmeras formas de conceituar a auditoria interna, entre elas, Attie (2008, p. 68) afirma que é uma função independente de avaliação, criada dentro da empresa para examinar e avaliar suas atividades, como um serviço a essa mesma organização, sua proposta é auxiliar os membros da administração a desincumbirem-se eficazmente de suas responsabilidades. Para tanto, a auditoria interna lhes fornece análise, avaliações, recomendações, assessoria e informações relativas às atividades examinadas. Dentre os objetivos da auditoria, são citados fatores que realmente contribuam para a execução da estratégia empresarial, como verificar se os riscos existentes estão sendo mitigados de modo a serem compatíveis com o apetite de risco da empresa e as atividades consultivas realizadas pelas áreas de auditoria.

Desta forma, pode-se constatar que a auditoria interna é uma ferramenta de controle sobre as informações, registros, ações e funções existentes nas organizações, que serve de auxílio aos administradores e proprietários para a tomada de decisão, identificando áreas problemáticas e sugerindo correções.

Almeida (1999, p. 272) afirma que a auditoria interna é necessária para a entidade, pois garante que os procedimentos internos e as rotinas de trabalho sejam

executados de forma a atender aos objetivos da entidade e às diretrizes da alta administração.

5.1 Lei Sarbanes-Oxley no Auxílio da Auditoria Interna

Esta lei foi publicada pelo governo dos Estados Unidos em 30 de julho de 2002 com o intuito de promover uma limpeza no mundo empresarial americano, coibir procedimentos não éticos e aumentar as responsabilidades dos administradores, após escândalos financeiros que envolveram a companhia de energia Enron Corporation, Companhia de energia estadunidense, localizada no Texas alvo de diversas denúncias de fraudes contabilistas e fiscais e com uma dívida de U\$\$13 bilhões o grupo pediu concordata em dezembro de 2001, e a WorldCom, segunda maior empresa de telefonia a longa distância dos EUA declarou a maior falência empresarial do país.

O objetivo da lei segundo Borgerth (2007, p. 44):

Estabelecer sanções que coíbam procedimentos não éticos e em desacordo com as boas práticas de governança corporativa por parte das empresas atuantes do mercado norte-americano. O objetivo final é o de restabelecer o nível de confiança nas informações geradas pelas empresas e, assim, consolidar a teoria dos mercados eficientes, que norteia o funcionamento do mercado de títulos e valores mobiliários.

A lei Sarbanes-Oxley tem por objetivo eliminar os problemas de divulgação e conflitos de interesses que surgiram no mercado de capitais, segundo Guitman (2011, p. 197) existem dois principais tipos de problemas: fraude em relatórios financeiros e outros comunicados ao público e não divulgação de conflitos de interesses entre empresas e seus analistas, auditores, advogados, diretores, executivos e acionistas.

Os vários órgãos reguladores descobriam e revelaram muitos casos de más práticas empresariais que geraram inúmeros prejuízos financeiros atingindo milhares de investidores. Devido a estes fatos tornou-se necessária a ação de autoridades americanas para evitar maiores prejuízos com a descapitalização das empresas e recuperar a credibilidade do mercado, em resposta a essas fraudes e conflitos o congresso aprovou em Julho de 2002, a Lei SOX (GUITMAN, 2011, p. 197).

Embora a maioria dos comentaristas acreditem que a SOX tenha sido eficaz na redução de comunicações fraudulentas e no conflito de interesses, sua implementação impôs um enorme ônus financeiro às empresas obrigadas a atender

as suas exigências. Do mesmo modo, Boynton (2008, p.59) informa que os relatórios de controles internos não resultam somente em melhorias para as empresas, pois eles podem fornecer aos usuários das demonstrações financeiras alertas sobre potenciais problemas resultantes de controles frágeis, ou atentá-los para a possibilidade de revisão de informações em demonstrações já divulgadas.

6 AUDITORIA CONTÍNUA

A auditoria contínua é uma ferramenta da auditoria interna que consiste em uma técnica moderna de auditoria, é realizada através de testes em bases de dados informatizadas, utiliza-se de ferramentas para extração, análise e mineração de dados, baseada na avaliação de riscos e controles internos.

Podemos dizer que é um “tipo de auditoria que produz resultados simultâneos ou em um pequeno período de tempo após a ocorrência de um evento relevante” (VASARHELYI 2012, p. 881).

Um evento relevante nos controles internos é igual a uma possível quebra de controle, ou seja, a auditoria interna ajuda a efetuar testes de controles nos processos continuamente, utilizando-se de ferramentas de tecnologia, para identificar inconformidades, tendências e indicadores de riscos. A Figura 1 apresenta o objetivo da auditoria contínua.

Figura 1. Objetivo da auditoria contínua.



Fonte: Extraído de Instituto dos Auditores do Brasil (IBRACON, 2014).

6.1 Importância da Auditoria Contínua e o Monitoramento Contínuo

A auditoria contínua avalia com agilidade, todo o universo de operações

realizadas até o momento, tratando bases de dados de sistemas, conforme parâmetros pré-definidos. De acordo com Camargo (2013, p. 161) há desafios no desenvolvimento da auditoria contínua que se dá em seis etapas fundamentais, sendo elas: a definição de KPI's, coleta de informações, integração, processamento e desempenho, análise de resultados, automação.

É de suma importância avaliar os controles e riscos de forma automatizada, em bases contínuas, com o objetivo de identificar exceções, irregularidades, tendências e indicadores de riscos. Siqueira e Miranda (2013, p.48) em um seminário do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil) define que a auditoria contínua utiliza a tecnologia da informação para automatizar os trabalhos da auditoria interna, onde são efetuados testes de controles automatizados em bases de dados contínuas a fim de identificar erros, anomalias e indicadores de riscos, ou seja, a auditoria contínua funciona como uma das “ferramentas da auditoria interna”.

Enquanto o monitoramento contínuo faz parte de um procedimento da administração que é capaz de assegurar que os processos e controles da companhia estejam operando de forma eficaz, possibilita também aos gestores a identificação dos pontos críticos de controle e implementação de testes automatizados para o monitoramento de modo contínuo dos mesmos, em outras palavras podemos dizer que o monitoramento contínuo é uma “ferramenta da administração” e de responsabilidade dos gestores.

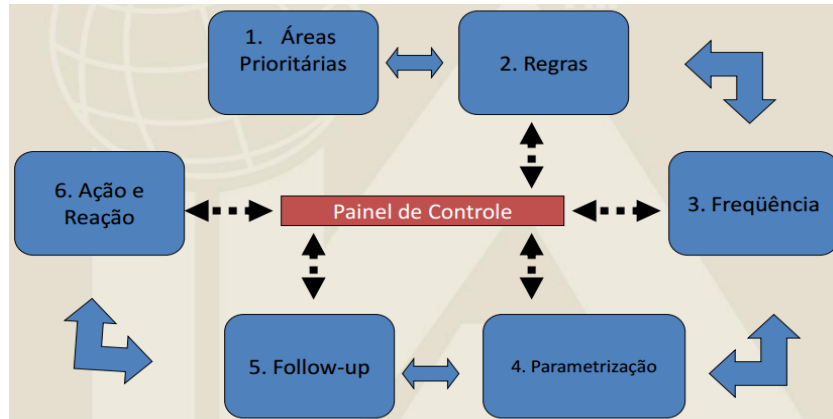
6.2 Implantação da Auditoria Contínua

Silva (2012) em um seminário do IIA Brasil (IIA Brasil: Instituto dos Auditores Internos do Brasil é uma entidade sem fins lucrativos afiliada ao IIA Global (The Institute of Internal Auditors) que proporciona informações que agreguem a carreira de seus associados e certificam estes profissionais.) cita que existem 6 aspectos a serem considerados para a implantação da auditoria contínua, são eles: áreas prioritárias; regras; frequência; parametrização; follow-up; e, ação e reação, conforme mostra na Figura 2.

Os objetivos do aspecto 1 (áreas prioritárias) são: identificar as áreas de risco, avaliar os custos benefícios, identificar as necessidades básicas da auditoria, escolher os processos críticos que serão o foco da auditoria contínua, identificar os dados chaves (detectivas: rotinas que detectam potenciais erros, preventivas: rotinas

que inibem eventos inapropriados) para a implementação da auditoria contínua nos processos mapeados e identificar as considerações políticas.

Figura 2. Aspectos da implantação da auditoria contínua.



Fonte: Extraído de Extraído de IBRACON - Instituto dos Auditores do Brasil, 2014.

O item 2 (regras) consiste em escolher um processo da auditoria contínua e estabelecer as regras para o monitoramento, nesse momento, deve ser levado em consideração todos os objetivos e os aspectos ambientais. É necessário também que seja analisado o ritmo natural do processo, tempo do processo computacional e de negócio, (aspecto 3 – frequência) considerando sempre o custo x benefício. Devem ser definidos também os parâmetros (aspecto 4 - parametrização) para análise de acordo com os riscos existentes.

No item 5 (*follow-up*) são definidos quem recebe o alarme (gestor, auditor); qual é a periodicidade do follow-up (se o alarme é imediato ou se considera a recorrência do ponto de auditoria) e deve ser considerado se o *follow-up* deve subir as alçadas de acordo com o nível da resposta. No aspecto 6 – ação e reação devem ser estabelecidas as formas de lidar com os auditados, ou seja, como será a abordagem sobre a falta de concordância com os pontos levantados pela auditoria.

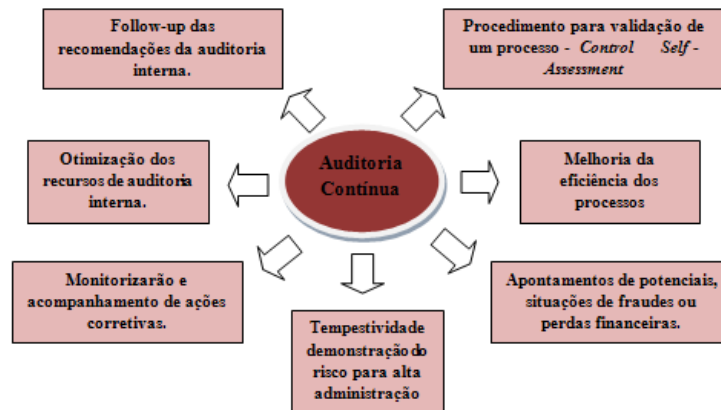
6.3 Benefícios da Auditoria Contínua

A implementação da auditoria contínua traz inúmeros benefícios, como o aumento da eficiência da auditoria interna, pró-atividade, aumento da mitigação dos riscos, suporte as áreas de controle interno e aumento da assertividade das conclusões dadas pelos auditores (Figura 3).

Segundo Camargo (2013, p. 162) o que se espera da implementação da metodologia da auditoria contínua é o aperfeiçoamento contínuo dos indicadores de

desempenho, levando-se em conta a correlação entre os eventos e os riscos. A metodologia da auditoria contínua passa a ter maior destaque na estrutura de Governança Corporativa.

Figura 3. Principais benefícios.



Fonte: Extraído de Controles Internos & Compliance, Camargo, 2013.

A implementação da auditoria contínua, segundo Camargo (2013, p. 162) em um seminário da ISTCORP se dá devido a quatro fatores importantes que transforma a auditoria interna em um Centro de Lucro e não como Centro de Custo: (i) fator tempo (uma vez que as não conformidades nem sempre acontecem e são destacadas durante a realização dos trabalhos de auditoria); (ii) fator amostragem (que pode fazer com que oportunidades de melhorias do sistema não sejam evidenciadas por possíveis falhas na amostra selecionada); (iii) otimização de campo (a pouca participação do auditado durante a realização das auditorias) e, finalmente, a necessidade de independência dos auditores (que faz com que as pessoas com maior necessidade sobre uma dada área ou setor não participe da auditoria).

7 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES COMO FERRAMENTA DA AUDITORIA INTERNA

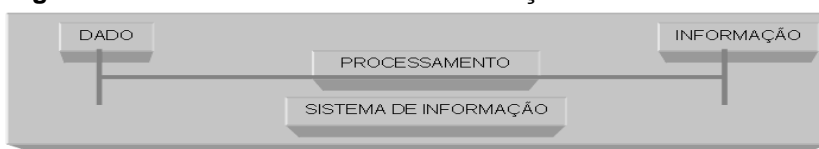
Os sistemas de informações, conhecido também como SI, nada mais é do que uma expressão para descrever um sistema (seja ele automatizado ou manual) que é utilizado pelas organizações com a finalidade de coletar e distribuir dados mais confiáveis para todos os usuários da informação.

Para Gil (1999, p. 11) “a tecnologia da informação (TI) é todo e qualquer

dispositivo que tenha capacidade para tratar dados e/ou informações, tanto de forma sistêmica como esporádica, quer esteja aplicada no produto, quer no processo”. Muitos acreditam que os termos “dados” e “informações”, possuem o mesmo significado, mas para definir exatamente o que é cada um deles, Turban, Mclean e Wetherbe (2010, p. 46) fazem a seguinte menção:

Dados, são itens referentes a uma descrição primária de objetos, eventos, atividades e transações que são gravados, classificados e armazenados, mas não chegam a ser organizados de forma a transmitir algum significado específico. Informação é todo conjunto de dados organizados de forma a terem sentido e valor para seu destinatário. Este interpreta o significado, tira conclusões e faz deduções a partir deles.

Figura 4. Modelo de sistemas de informações.



Fonte: Extraído de Gil, 1999.

Podemos dizer que o dado é uma característica que pode ser adquirida de um objeto, uma pessoa ou até mesmo de um sistema, enquanto que, a informação é o resultado do processo que foi aplicado a esses dados.

A partir desses conceitos, podemos entender que o “sistema de informação” se dá a partir do momento em que os dados são coletados e aplicados em um determinado conjunto de operações lógicas (sistema), processados e distribuídos de forma organizada com informações que poderão ser usadas na tomada de decisões, conforme demonstra a Figura 4.

O sistema de informação é utilizado como ferramenta estratégica nas organizações, tem como principal finalidade assegurar a agilidade da informação e a qualidade delas para a tomada de decisões. De acordo com Laudon e Laudon (2004), o maior desafio em gerenciar é fazer o uso da TI na reestruturação dos negócios e procedimentos implantados pela organização, garantindo a eficácia e uma vantagem competitiva perante aos seus concorrentes.

Gil (1999) cita que nenhum sistema individual consegue atender a todas as necessidades de uma empresa, devido à existência de diferentes tipos de interesses e níveis dentro da organização. Para que todos esses sistemas estejam alinhados e trabalhando de forma integrada, as organizações estão adotando modelos de sistemas *Enterprise Resource Planning* (ERP), com o objetivo de automatizar seus

controles internos.

7.1 Sistemas de Informações ERP

A utilização de sistemas de informações não integrados pode gerar alguns empecilhos para acessar e compreender as informações tanto por parte da gerencia, quanto aos outros níveis organizacionais da empresa podendo até mesmo, ocasionar alguns erros nas informações recebidas.

Conforme Padovese (2003, p. 62), os três fatores principais que tem levado as empresas a adotar o ERP são:

- (a) o movimento da integração mundial das empresas transacionais, exigindo tratamento único e em tempo real das informações; (b) a tendência de substituição de estruturas funcionais por estruturas ancoradas em processos; (c) a integração, viabilizada por avanços da tecnologia de informação, dos vários sistemas de informação em um sistema único.

De acordo com Miltello (1999, p. 13), a principal vantagem em se utilizar um ERP é para que erros e fraudes nos controles internos sejam evitados, devido a esse fato, muitas organizações estão implantando esses sistemas integrados para automatizar os processos de negócios, podendo assim atender a todos os níveis da empresa, fornecendo informações precisas e confiáveis para todos os usuários da informação. O ERP controla a empresa, manuseando e processando suas informações. Todos os processos são documentados e contabilizados, gerando regras de negócio bem definidas e permitindo maior controle sobre alguns pontos vulneráveis do negócio.

Corrêa (1998, p. 55), afirma que:

A implantação de um ERP implica em um processo de mudança na organização, seja para atender novas condições de trabalho ou para treinar funcionários. Este processo automatiza os procedimentos da empresa e para garantir uma efetiva melhora no desempenho é necessário rever os procedimentos que serão automatizados para implantação de um novo processo de trabalho.

Os sistemas integrados promovem benefícios em todos os níveis organizacionais e funciona como ferramenta fundamental para o auxílio da auditoria interna. Com a automatização dos controles internos o trabalho da auditoria passa a ser realizado de forma mais rápida e eficaz, gerando informações mais confiáveis para a tomada de decisões.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as pesquisas realizadas durante a elaboração desse artigo, compreendemos que a auditoria contínua faz parte do contexto de auditoria interna e atualmente é considerada como a evolução da auditoria interna.

Observamos que por mais que esse assunto seja relativamente novo, grandes empresas já adotam a auditoria contínua e a tendência para os próximos anos é de que esse número aumente consideravelmente, pois a cada ano que passa a tecnologia de informação (TI) vem crescendo e proporcionando mais ferramentas e sistemas que possibilitam a integração, automatização e otimização dos processos de negócios.

A auditoria contínua vem trazendo inúmeros benefícios e o aperfeiçoamento contínuo dos controles internos, as vantagens de sua implementação estão na detecção de potenciais situações de riscos e fraudes que causam perdas financeiras, auxilia no processo de follow-up das recomendações dada pela auditoria interna, possibilita melhor acompanhamento de falhas recorrentes estabelecendo ações corretivas e direcionamento adequado dos trabalhos, trazendo assim há melhora da eficiência dos processos. Portanto, para que o procedimento de implantação da auditoria contínua ocorra de forma eficaz, é necessário que todos os envolvidos conheçam bem os objetivos da organização e estejam diretamente alinhados com a política de governança corporativa da companhia.

Vale ressaltar que, a auditoria contínua atua como uma ferramenta onde auxilia os papéis da auditoria interna, dessa forma, pode-se dizer que ela é peça fundamental para a gestão e análise de riscos, em outras palavras, podemos concluir que as empresas que a utilizam estão menos propensas aos riscos, erros e até mesmo a fraudes, pois a auditoria contínua possibilita aos gestores e a alta administração maior confiabilidade e segurança em seus controles internos, tornando assim o processo de tomada de decisões mais eficiente e eficaz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. M. Auditoria Interna: Embasamento Conceitual e Suporte Tecnológico. São Paulo: Atlas, 1999.

ATTIE, W. Auditoria Interna. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2008.

BORGERTH, V. Entendendo a Lei Sox. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

CADBURY, W. A. Governança Corporativa, Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/marcos-historicos-da-governanca-corporativa>>. Acesso em 29 Abr. 2018.

CAMARGO, A. Controles Internos & Compliance - Seminário publicado pelo ISTCORP. Disponível em: <<http://www.cnseg.org.br/cnseg/eventos/seminario-de-controles-internos-compliance-auditoria-e-gestao-de-riscos>> 2013. Acesso em 29 Abr. 2018.

CORRÊA, H. L. ERPs: por que as implantações são tão caras e raramente dão certo? Simpósio de administração da produção, logística e operações industriais. São Paulo: FGV-SP, 1998.

GIL, A. de L. Sistemas de Informações Contábil/ Financeiros. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUITMAN, L. J. Princípios da Administração Financeira. 12º Ed. São Paulo: Person, 2011.

IBGC. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Disponível em <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em 30 abr. 2018.

IIA Brasil. Aspectos da Implantação da Auditoria Contínua. Disponível em <<http://www.iibrasil.org.br>>. Acesso em 05 Mai. 2018.

LAUNDON, K. C.; LAUDON, J. P. Management of Information Systems: A Contemporary Perspective. MacMillan, 2004.

MILTELLO, K. Quem precisa de um ERP? São Paulo: Exame, 1999.

PADOVESE, C. L. Controladoria Estratégica e Operacional: conceitos, estrutura e aplicação. São Paulo: Thomson, 2003.

SILVA, W. L. 6 Passos para implantar uma auditoria contínua eficiente em sua organização. Disponível em <http://www.iibrasil.org.br/new/home/5_2012/SeminarioIIA_Washington.pdf> Acesso em 01 Mai. 2018.

SIQUEIRA, M.; MIRANDA, R. Monitoramento Contínuo e Auditoria Contínua: Uma

Perspectiva Prática. Disponível em
<http://www.iiabrasil.org.br/new/2013/dwns/CONBRAI_2013/Apresentacoes/Marcello_Siqueira_e_Ronny_Siqueira.pdf>. Acesso em 01 Mai. 2018.

TURBAN, E.; MCLEAN, E.; WETHERBE, J. Tecnologia da Informação para Gestão. São Paulo: Bookman Companhia, 2010.

VASARHELYI, M. Auditoria Contínua (KPMG, AICPA, Rutgers University). São Paulo, 2012.